



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

**Reunião ordinária da Comissão para Igualdade Contra a Discriminação Racial –
16 de Julho de 2009**

Aos dezasseis dias do mês de Julho de dois mil e nove, pelas dez horas, reuniu, em Assembleia Ordinária, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, adiante designada por CICDR, nas instalações do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, sitas na Rua Álvaro Coutinho nº14, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) - Tomada de posse dos novos membros;
- 2) - Enquadramento da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR);
- 3) - Estratégia da CICDR para o triénio 2009 – 2011;
- 4) – Cooptação dos três restantes membros da CICDR;
- 5) – Eleição da Comissão Permanente;
- 6) - Outros assuntos de interesse relevante; e
- 7) – Marcação da próxima reunião.

Presidiu à reunião a Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dra. Rosário Farmhouse, que, nos termos da lei, preside à CICDR. Também esteve presente o Chefe do Gabinete da Alta Comissária, Dr. Duarte Miranda Mendes e o Consultor jurídico, Dr. Vasco Malta.

A Presidente da CICDR verificou que se encontravam presentes os seguintes Conselheiros: José Cordeiro, José Falcão, Maria Celeste Correia, Carlos Trindade, Josué Dingana Chiau, Assunção Sousa, Sónia Pires, Cristina Nagy Morais e Helena Maria Oliveira.

Verificando a presença do quórum necessário, a Presidente da CICDR começou por saudar e agradecer a presença de todos, dando início aos trabalhos.

Em conformidade com o estabelecido no **Ponto 1** da Ordem de Trabalhos, tomaram posse como membros da CICDR os seguintes Conselheiros:

- Deputada Maria Celeste Lopes da Silva Correia;
- Deputada Helena Maria Andrade Cardoso Machado de Oliveira;
- Assunção de Sousa na qualidade de representante das Associações de Imigrantes;
- Josué Dingana Chiau na qualidade de representante das Associações de Imigrantes;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- José Falcão na qualidade de representante das Associações Anti – Racistas;
- Carlos Trindade representante da Central Sindical CGTP;
- José Cordeiro na qualidade de representante da Central Sindical UGT;
- Cristina Morais representante das Associações Patronais; e
- Sónia Pires representante das Associações de Defesa dos Direitos Humanos.

Conforme Auto de Posse que se junta em anexo à presente acta.

De seguida, entrando no **ponto 2.** da ordem de trabalho o Dr. Duarte Miranda Mendes fez uma breve apresentação em power point sobre a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial e suas competências.

Entrando no **ponto 3.** da ordem de trabalhos, a Alta Comissária, apresentou as propostas identificadas no documento distribuído aos Conselheiros, tendo, contudo, salientado que o documento em causa era um documento aberto e que aguardava a contribuição de todos os Conselheiros. Mais referiu que o referido documento só poderia ser aprovado depois de todos os Conselheiros da CICDR serem eleitos.

A **Alta Comissária** aproveitou o momento para salientar, por uma questão de justiça, uma preocupação do Senhor Conselheiro José Falcão que o fez demonstrar a todos os restantes Conselheiros através de e-mail, de uma situação que lamentou, designadamente a não entrega dos dados que tinham sido solicitados. Reconheceu que teria havido um problema interno tendo, contudo, salientado que qualquer Conselheiro poderia solicitar os dados das queixas e as listas de processos de contra-ordenação para poderem consultar. Mais referiu que estava empenhada para que a Comissão ganhe força para defender os direitos humanos e combater o racismo e discriminação. Aproveitou para apresentar o Dr. Vasco Malta, o novo jurista a trabalhar no âmbito da CICDR.

Relativamente ao Plano de actividades para o triénio 2009-2011, apresentou algumas das ideias que estavam identificadas na proposta de actividades do ACIDI, colocada nas pastas de cada um dos Conselheiros, e que se anexa à presente acta.

De seguida o **Conselheiro José Falcão** referiu que relativamente à questão dos dados, o SOS Racismo estava a organizar uma publicação para a qual necessita dos dados das decisões dos processos de contra-ordenações, desde a Comissão Europeia até à CICDR bem como sobre as queixas que foram apresentadas pelo SOS Racismo, sendo que, apenas faltariam os dados da CICDR, pedidos desde o Verão passado e que começaram agora a ser divulgados.

Salientou igualmente que considerava que a CICDR não tinha meios para além de observar uma política de não preocupação. Honra fosse feita à Alta Comissária que explicou o que estava a acontecer, no entanto entendeu que terá havido pouca preocupação com a discriminação racial. Pediu atenção para o facto de que não há pessoas condenadas por discriminação racial, dando o exemplo do Presidente da Junta da Freguesia de Benfica que já terá 3 queixas por discriminação racial e nunca terá sido



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

condenado e o caso do Alberto João Jardim. Por fim, expressou a sua frustração em relação à Comissão, já que podia ter, no entendimento do Conselheiro, não maior empenho, mas outra política.

Relativamente ao plano de actividades, considerou que a estratégia apresentada não teria sucesso, pois os filmes apresentados seriam muitos longos para ser vistos por jovens. Sugeriu a apresentação, nas escolas, de curtas-metragens ou de documentários.

Há existir algum ciclo de cinema, sugeriu o filme “Neste Mundo,” ou o “Estranhos de passagem” que retrata a história sobre dois miúdos do Afeganistão, ou o filme “Câmara da Madeira” que se passa na África do Sul, na altura do Apartheid. Salientou ainda o filme “América Proibida”.

De seguida o **Conselheiro Carlos Trindade** propôs a realização de três seminários, um por ano. Um deverá ser aquele que está proposto, outro sobre o tema do combate a xenofobia e discriminação no local de trabalho, onde as entidades sindicais e patronais, poderão ter um papel decisivo e outro sob o tema “Cultura no combate à xenofobia”, convocando para o efeito os actores culturais (escritores, pintores, jornalistas etc) para debater os assuntos.

Propôs ainda a realização de uma bienal de ciclo de cinema contra o racismo e xenofobia, salientando, contudo, que o importante seria garantir condições com dignidade para a realização do evento.

Para terminar a sua intervenção o **Conselheiro Carlos Trindade** referiu ainda que para além do ciclo de cinema sobre a temática, seria importante os debates nas escolas, isto é, sugeriu continuarmos a trabalhar com a escolas, com as associações universitárias e secundárias, procurando envolvê-las no tema. Referiu ainda que como os públicos são distintos, aos universitários poderia ser apresentado as longas-metragens, sendo que, aos alunos de secundário, poderia ser apresentado os documentários e curtas-metragens.

A **Conselheira Assunção Sousa** pediu a palavra para sugerir o filme “Páginas da Liberdade”.

O **Conselheiro José Cordeiro** propôs uma alteração não substantiva à ordem de trabalhos, considerando necessário alterar o funcionamento desta Comissão, designadamente o seu regulamento.

A **Conselheira Jesuína Ribeiro** informou os Conselheiros que o Ministério de Educação promoveu diversas curtas-metragens vencedoras de festivais, englobando várias temáticas incluindo as questões do racismo. Propôs-se em fazer chegar um Kit com diversas curtas-metragens à CICDR, na pessoa da Alta Comissária, para depois ser escolhida uma que deveria ser explorada nas escolas. Relativamente ao concurso considerou que a proposta do conto ou poesia não iria atrair os jovens. Assim sugeriu que o concurso deveria ter 4 categorias, suporte de texto, suporte de multimédia, spots



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

publicitários entre outros, de forma a atrair mais os jovens. Por outro lado, sugeriu outro tipo de temáticas, ainda que a Comissão seja dirigida para a discriminação.

A **Alta Comissária** tomou a palavra para informar o Conselheiro José Cordeiro, que as alterações sugeridas dependiam de alteração legislativa, sendo que, o regulamento poderia ser alterado, mas só depois de ser eleita a Comissão na sua totalidade. Mais informou que quaisquer alterações de base remetem para a Lei e que a CICDR e a sua composição está na Lei. Mais informou que a CICDR já apresentou uma proposta de alteração que está na tutela para apreciação. Só depois das férias da Assembleia da República é que pode ser aprovada.

O **Conselheiro José Cordeiro** propôs a revisão do artigo 7º, 8º e 9º, este último para implementar, quando os novos membros já tiverem sido eleitos.

De seguida a **Alta Comissária** informou os Conselheiros sobre alguns projectos que o ACIDI tem estado a participar dentro da temática do racismo, designadamente os projectos “Living Together: European Citizenship Against Racism and Xenophobia” e o “Building Inclusion – Access to Housing and Inclusion of Immigrant people in Europe”.

Na área nacional, a Alta Comissária salientou, para além do protocolo com o APAV - Unidade de Apoio à Vítima Imigrante, o Projecto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos, o Projecto Piloto para mediadores municipais junto das comunidades ciganas e Projecto de Estudos de Diagnóstico de Realidade Intercultural que irá, em princípio, ser assinado no mês de Julho.

A **Alta Comissária**, passando ao **ponto 4.** da agenda., relativa à cooptação dos membros da CICDR sugeriu os seguintes nomes:

- a) António Pinto Nunes – Presidente da Federação Calhim Portuguesa
- b) Dr. Gustavo Behr – Jurista com experiência na área da imigração e racismo / Presidente da Casa do Brasil
- c) Juiz Macaísta Malheiros – Já fez parte da anterior CICDR e que gostaria de sugerir.

O **Conselheiro José Falcão** referiu concordar com dois dos nomes, tendo discordado do António Pinto Nunes e proposto em alternativa o Bruno Gonçalves. Referiu ainda o Conselheiro José Falcão que o Bruno vinha do Centro de Estudos Ciganos, que tinha uma associação de ciganos na Figueira da Foz, que também fazia parte da federação das associações ciganas para além do que seria muito mais novo, para além do que, o Bruno se encontra dentro da temática da discriminação, havendo, inclusive, processos de contra-ordenação junto da CICDR que resultaram de queixas por ele apresentadas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

A **Alta Comissária** explicou que a Federação Calhim era bastante representativa, sendo que terá sugerido a figura do seu Presidente, por isso. Sugeriu fazer um convite à federação para eles sugerirem alguém, para que seja consensual para todos, ou então propôs que fossem os dois a votos.

O **Conselheiro José Cordeiro** discordou, porque, no entendimento daquele Conselheiro, a lei e o regulamento não permitem que sejam convidadas associações, mas personalidades de relevo. Dessa perspectiva, o nome do Dr. Macaísta Malheiros seria o melhor exemplo já que não representava nenhuma associação.

O **Conselheiro Carlos Trindade** referiu que este processo se referia à eleição de pessoas e não de associações. De qualquer forma referiu que a proposta da Alta Comissária era uma proposta equilibrada: Um representante da Comunidade Cigana que é uma classe vítima de discriminação em Portugal, um representante da comunidade brasileira, que é a maior comunidade em Portugal e um perito nacional - Dr. Macaísta Malheiros. Disse estar de acordo com a filosofia. Para além disso, disse estar de acordo o Gustavo e com o Macaísta. Referiu ainda que a comunidade cigana é uma comunidade fechada, sendo que, por outro lado, concorda que a Comissão ficaria enriquecida com alguém da comunidade cigana. Sugeriu que a Alta Comissária falasse com a Federação Calhim de forma a termos alguém que fosse consensual, ou então, em contrapartida, assumia-se que teríamos que ter alguém que tenha a visão da comunidade, dentro da comunidade e nesse caso o Bruno Gonçalves seria a pessoa certa.

A **Alta Comissária**, questionada pela **Conselheira Celeste Correia** sobre a necessidade de votarmos naquele dia, propôs que todos os nomes fossem votados, sendo que, relativamente ao António Pinto Nunes e ao Bruno Gonçalves, salientou que ambos tinham pontos a favor e pontos contra. O Pinto Nunes foi eleito presidente da associação e está em Lisboa, por outro lado, o Bruno está em Coimbra, mas é mais jovem. Explicou igualmente que pela experiência do COCAI, as comunidades mais frágeis reclamam o pagamento dos transportes, mas que a CICDR não podia pagar. De qualquer forma, propões colocar os dois nomes à votação, a não ser que os Conselheiros tivessem outros nomes.

O **Conselheiro José Cordeiro** referiu que, apesar de concordar com as propostas apresentadas, sugeriu que a cooptação fosse realizada na próxima reunião de trabalhos, para que fosse possível apresentar mais nomes, lembrando uma situação de uma pessoa que foi eleita e que depois acabou por não aceitar.

O **Dr. Duarte Miranda Mendes** pediu a palavra apenas para referir que terá havido, de facto, uma pessoa eleita, designadamente a jornalista Sofia Branco do Público que, depois da votação teve que rejeitar o convite por razões deontológicas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

O **Conselheiro Carlos Trindade** pediu atenção para o facto de que o adiamento da cooptação representaria que a calendarização e aprovação do plano das actividades só poderá ser feita numa próxima reunião.

A **Conselheira Jesuína Ribeiro** concordou com o nome do Macaísta Malheiros e considerou importante ter alguém da comunidade cigana, sendo que, achou que a terceira personalidade deveria ser alguém ou da comunidade científica de investigação ou do lado jornalístico, apesar do problema deontológico. De qualquer forma sugeriu a designação de alguém ligado ao mundo da investigação.

A **Alta Comissária**, ouvidas todas as propostas, solicitou que até ao final do mês de Julho os Conselheiros nos indicassem propostas de nomes para Conselheiros para depois serem votados em Setembro.

Relativamente ao **ponto 5.** da ordem de trabalhos, a Alta Comissária informou de que, se todos os Conselheiros concordarem, até Setembro seria mantida a mesma Comissão Permanente.

Entrando no **ponto 7.** da ordem de trabalhos, relativa à marcação da próxima reunião, foi acordado o dia 9 de Setembro de 2009, para a realização da mesma.

Entrando no **ponto 6.,** da ordem de trabalhos, a **Alta Comissária** fez uma breve apresentação sobre um comunicado que a comissão permanente da CICDR fez sobre o pseudo arrastão no Dolce e Vita. Mais informou que, relativamente ao cartaz que foi vencedor no concurso contra a discriminação, que o mesmo iria ser divulgado, solicitando, para efeito, ajuda na sua divulgação.

De seguida a **Alta Comissária** informou que o Conselho da Europa estava a lançar uma campanha, que promove a luta contra a discriminação e que tem o apoio da ACIDI com o logo e os números do SOS Imigrante. Para além disso estará previsto um seminário com jornalistas e um hand book de boas práticas para facilitar o acesso das minorias ao media. Referiu também o livro branco sobre o diálogo intercultural que foi apresentado na semana da diversidade na Assembleia da República.

De seguida o **Dr. Duarte Miranda Mendes** referiu ainda que em Maio 2009 foi efectuado um workshop com as inspecções gerais, relativamente aos processos de contra-ordenação, com o mestre Miguel Pedrosa Machado, um especialista na área.

Mais informou que estava em processo de aprovação uma directiva que torna a focar a igualdade de tratamento, mas desta vez, em torno da orientação sexual, da doença, religião, crença, deficiência e da idade. É uma directiva que vai completar a directiva anterior que reportava às questões da nacionalidade e de origem étnica, se bem que para nós a religião aparece sempre associada à origem étnica, mas aqui surgem em separado. A novidade é a questão da discriminação por associação, por exemplo, uma portuguesa



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

que é casada com um angolano, vai ser discriminada em virtude desse casamento. É um conceito tecnicamente útil.

Por fim, mais informou que no âmbito do projecto internet segura, o ACIDI tinha sido convidado a integrar o conselho de acompanhamento que faz esta monitorização.

De seguida a **Dra. Carla Martingo** fez uma breve apresentação sobre a ferramenta para a diversidade que foi desenvolvida pela FRA – Agência Fundamental dos Direitos Humanos e que o ACIDI traduziu, tendo a Alta Comissária referido que algumas das medidas incluídas na referida ferramenta tinham sido incorporadas no regulamento interno da RTP1.

De seguida a **Alta Comissária** informou que a referida ferramenta seria divulgada junto dos media. Mais informou que tinha celebrado um protocolo com Centro de Formação dos Jornalistas, para a realização de quatro cursos com jornalistas, durante dois dias, em Lisboa, Porto, Faro, Coimbra, abarcando os jornalistas de grandes meios de comunicação bem como os jornalistas locais e étnicos.

Por fim, a Alta Comissária informou ainda que o ACIDI em parceria com a OIM, se encontrava a preparar uma agenda/livro com contactos de imigrantes peritos.

Para terminar a reunião foi realizada a tomada de posse das conselheiras que chegaram mais tarde, designadamente a Dra. Jesuína Ribeiro do Ministério da Educação e a Dra. Sofia Baião Horta das Associações patronais.

Nada mais havendo a tratar, foi dada como terminada a reunião pela Senhora Presidente.

Lisboa, 16 de Julho de 2009

Dra. Rosário Farmhouse